EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL PAULISTA NOS ANOS NOVENTAS[1]

Otavio Valentim Balsadi[2]

RESUMO: *O texto analisou as ocupações agrícolas e não-agrícolas da população rural no Estado de São Paulo nos anos noventas, tendo como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e as informações do boletim Sensor Rural SEADE. Os resultados mostraram a consolidação de uma mudança estrutural, que já estava em curso desde os anos oitentas, nas ocupações da população economicamente ativa. Em 1998, 53% das pessoas ocupadas residentes no meio rural não metropolitano paulista estavam trabalhando fora da agricultura. Em 1992, essa participação era de 35%. Outro dado relevante é que, em 1998, 46% dos homens e 70% das mulheres residentes rurais estavam ocupados em atividades não-agrícolas. Em 1992, essas participações eram de 30% e 47,5%, respectivamente.*

Palavras-chave: *ocupações agrícolas e não-agrícolas, emprego rural, área rural, Estado de São Paulo.*

EVOLUTION OF AGRICULTURAL AND NON-AGRICULTURAL OCCUPATIONS IN SÃO PAULO´S RURAL ENVIRONMENT, IN THE 1990's

ABSTRACT: *The text analyzed the participation of agricultural and non-agricultural occupations in the rural population of the State of São Paulo in the 1990's, based on the National Household Sample Survey and Sensor Rural Seade bulletin data. The results showed a consolidation of an undergoing change in employments of the economically active population, already in progress since the 80's. In 1998, 53% of the employed people living in the non-metropolitan rural area were working in nonagricultural activities. In 1992, this percentage was 35%. Another important result is that, in 1998, 46% of men and 70% of women living in rural area were working in nonagricultural activities. In 1992, these percentages were 30% and 47,5%, respectively.*

Key-words: *agricultural and non-agricultural occupations, rural employment, rural area, State of São Paulo.*

Jel Classification: *J21, J23, J43.*

[1]Esse texto está baseado no capítulo 2 da dissertação de mestrado do autor, intitulada "Características do Emprego Rural no Estado de São Paulo nos Anos 90".

[2]Engenheiro Agrônomo, Mestre, Analista da Fundação SEADE (e-mail: otavio@seade.gov.br).

1 - INTRODUÇÃO

A demanda de mão-de-obra na agropecuária paulista apresentou queda ao longo dos anos noventas, devido à incorporação de modernas tecnologias disponíveis para os agricultores - principalmente aquelas destinadas às operações de colheita e pós-colheita - e à queda da área cultivada em importantes culturas. Com exceção da laranja e das olerícolas, além de algumas frutíferas de importância regional, as demais atividades sofreram grande redução das ocupações agrícolas, especialmente a cana-de-açúcar, o café e os grãos e oleaginosas (algodão, arroz, feijão e trigo, principalmente).

Como resultado, a população economicamente ativa ocupada na agricultura (PEA agrícola) do Estado de São Paulo passou de 1.261 mil pessoas, em 1992, para 944 mil, em 1998, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O fato de a PEA agrícola estar distribuída de forma semelhante entre os domicílios urbanos e rurais (havia um certo predomínio dos urbanos - 53% do total, em 1998) fez com que a queda das ocupações na agricultura paulista fosse sentida tanto nas cidades como no meio rural.

Na área rural, especificamente, a "saída" para a população residente foi encontrar ocupações fora da agricultura, no próprio campo ou nas cidades. Esse movimento ganhou tal magnitude no Estado, que as pesquisas desenvolvidas pelo Projeto Rurbano[3] mostraram que, no final dos anos noventas, mais de 50% da PEA com residência rural ocupava-se em atividades não-agrícolas (569 mil pessoas, em 1998)[4]. No período 1992-97, houve uma inversão a favor das ocupações não-agrícolas, em detrimento das agrícolas, culminando com a maior ocupação dos residentes rurais nos mais diversos ramos da atividade econômica, fato que se repetiu em 1998.

Em função da forte alteração na estrutura ocupacional da população rural paulista, o texto objetiva traçar um panorama sobre o comportamento das ocupações agrícolas e não-agrícolas nos anos noventas, com ênfase na área rural não metropolitana, que responde por mais de 90% da PEA rural do Estado de São Paulo.

2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fonte dos dados primários utilizados para o estudo da PEA rural agrícola e não-agrícola no Estado de São Paulo nos anos noventas foi a PNAD, realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para as atividades selecionadas, todos os dados referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última ou penúltima do mês de setembro.

No estudo adotou-se o conceito de PEA restrita, excluindo-se as pessoas não remuneradas ocupadas menos de 15 horas na semana e as dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução (Del Grossi, 1999; Campanhola e Graziano Da Silva, 2000). Todos os dados apresentados referem-se à PEA ocupada. De acordo com o ramo de atividade e local de residência, ela pode ser classificada como agrícola (se ocupada na agropecuária) ou não-agrícola, rural (se residente em áreas rurais) ou urbana, e metropolitana (se residente na região metropolitana de São Paulo) ou não metropolitana.

Considerou-se como ocupação rural não-agrícola (ORNA) aquela exercida por pessoas residentes na área rural e ocupadas em atividades fora da agri-

[3]Os dados da PNAD utilizados são derivados de uma pesquisa mais ampla, denominada Projeto Rurbano, o qual é coordenado pelo Instituto de Economia da UNICAMP e envolve várias entidades de pesquisa em dez estados brasileiros (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS, além do DF), incluindo a Fundação SEADE. Esse projeto procura discutir a relevância dos cortes rural/urbano e agrícola/não-agrícola nas pesquisas sobre o meio rural, além de analisar a importância das atividades não-agrícolas para a população residente em áreas rurais, por meio do processamento dos microdados da PNAD para os anos noventas. Para maiores informações, consultar http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano, além de Campanhola; Graziano Da Silva (2000).

[4]Ver, por exemplo, os trabalhos de Graziano Da Silva; Balsadi; Del Grossi (1997) e Laurenti; Del Grossi (1999).

cultura, sejam elas desenvolvidas na área rural ou na urbana. Por isso, é necessário um alerta: o fato de as pessoas residirem no meio rural não significa que também exerçam suas atividades no meio rural. Assim, um pedreiro ou uma empregada doméstica que declare residir no meio rural pode perfeitamente ter o seu local de trabalho no centro urbano próximo.

O fato de se medir a evolução das ocupações não-agrícolas a partir do local de residência pode levar à superestimativa da capacidade de geração de empregos no meio rural, no caso de os declarantes exercerem suas atividades no meio urbano. Mas isso também pode ser entendido como nova função não-agrícola do meio rural paulista - a de propiciar residência para importante contingente de pessoas. E isso vale tanto para as classes urbanas de alta renda, que buscam melhores condições de vida e lazer, como para aquelas famílias rurais que procuram outras ocupações como alternativa à falta de oportunidades de trabalho nas tradicionais atividades agropecuárias.

A partir da PNAD de 1992, o IBGE introduziu novas aberturas para a situação dos domicílios, de forma a captar com mais detalhes as áreas do *continuum* rural-urbano. Assim, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados:

1 - Áreas urbanas: áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas as áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação urbana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc.; as áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores.

2 - Áreas urbanas não-urbanizadas: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização, sendo ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas.

3 - Áreas urbanas isoladas: consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município. Casos de vilas e distritos.

4 - Áreas rurais - extensão urbana: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município.

5 - Áreas rurais - povoados: aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuir um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender aos moradores: pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo, e pelo menos dois dos três serviços seguintes - estabelecimento de ensino de primeiro grau, posto de saúde e templo religioso de qualquer credo.

6 - Áreas rurais - núcleo: aglomerados rurais isolados (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), que dispõem ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados.

7 - Áreas rurais - outros: aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculados a um único proprietário.

8 - Áreas rurais - "exclusive": áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como as áreas rurais propriamente ditas.

A partir dessas novas aberturas, o Projeto Rurbano agrupou as áreas nos seguintes grupos de domicílios:

a) Urbano: situação 1;
b) Periferia: situações 2 e 4;
c) Distritos e Povoados: situações 3, 5 e 7;
d) Rural Privado: situações 6 e 8.

Portanto, consideraram-se integrantes da PEA rural as pessoas residentes nos domicílios pertencentes aos grupos c e d, isto é, nos distritos e povoados e no rural privado. É importante notar que, na classificação adotada, uma área legalmente urbana (situação 3) foi tratada como rural, e outra, legalmente rural (situação 4), não o foi. O motivo dessa

escolha é que a primeira tem sua economia basicamente dependente da agricultura e características mais próximas de áreas rurais, ao passo que a segunda não passa de uma simples área de periferia urbana.

A análise do comportamento da PEA agrícola foi complementada com as informações do *Sensor Rural Seade*, boletim quadrimestral que faz as estimativas da demanda de mão-de-obra por cultura, o que permite avaliar quais atividades mais influenciaram a queda das ocupações agrícolas. A metodologia utilizada na estimativa da demanda da força de trabalho agrícola consiste em se obter, para cada cultura: a) as exigências de força de trabalho, em homens-dia por hectare, segundo seis grupos de operações: preparo do solo, plantio, capinas, outros tratos culturais, colheita e beneficiamento; b) a distribuição relativa dessa força de trabalho para os seis grupos de operações durante o ano (calendário agrícola), para captar a sazonalidade do emprego agrícola; e c) a estimativa da área cultivada no ano considerado. A multiplicação dos três itens fornece a demanda da força de trabalho por cultura, cujos resultados finais são expressos em Equivalentes-Homens-Ano (EHA), que correspondem à jornada de trabalho de um homem adulto, por 8 horas, durante 200 dias por ano.

3 - OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS DA PEA RURAL PAULISTA NOS ANOS NOVENTAS

Como foi salientado, o crescimento das ocupações não-agrícolas da PEA rural no Estado de São Paulo nos anos noventas manifestou-se com grande magnitude. O crescimento foi tão intenso que, num período de apenas cinco anos (entre 1992 e 1997), as ocupações não-agrícolas dos residentes no meio rural paulista superaram as agrícolas.

Pelo fato de o meio rural metropolitano responder por menos de 10% da PEA rural total ocupada, há um maior interesse na análise da PEA rural não metropolitana. Por isso, apenas três destaques gerais sobre a região metropolitana: sua importância na ocupação da PEA total (quase 50% do total do Estado, ou 7.253 mil pessoas em 1998), principalmente da PEA urbana não-agrícola (mais de 50% do total do Estado, ou 7.151 mil pessoas em 1998); o aumento dos ocupados em atividades agrícolas, que passaram de 50 mil pessoas, em 1992, para 79 mil pessoas, em 1998, destacando-se a influência do "cinturão verde" nesse comportamento (o crescimento foi maior na PEA agrícola urbana, que representou 80% ou mais do total da PEA agrícola metropolitana); a forte participação da PEA rural metropolitana não-agrícola (quase 90% do total), que continuou crescendo no período 1992-98, juntamente com o pequeno aumento da PEA agrícola (Tabela 1).

Um detalhe a ser destacado é que, em 1998, a PEA urbana não metropolitana era maior que a rural, tanto para as atividades agrícolas (436 mil pessoas ocupadas, contra 429 mil do rural) quanto para as não-agrícolas (6.377 mil pessoas ocupadas, contra 479 mil do rural), mostrando o enorme grau de urbanização do Estado. Note-se que a PEA rural não-agrícola não chegou a 10% da PEA não-agrícola total do Estado de São Paulo.

O crescimento da PEA total ocupada não metropolitana (1,5% ao ano), entre 1992 e 1998, foi determinado pelo desempenho da PEA urbana (aumento de 1,7% ao ano) e pelas pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas (aumento de 2,4% ao ano na PEA urbana e 7,3% na PEA rural).

Analisando o meio rural não-metropolitano, especificamente, pode-se notar que, desde 1997, o número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas é superior ao de pessoas ocupadas na agricultura. Em 1998, as ocupações não-agrícolas superaram as agrícolas em 50 mil pessoas. No entanto, deve ser ressaltado que, no rural privado, ainda havia superação das ocupações agrícolas, em 1998 (415 mil pessoas ocupadas, contra 410 mil em atividades não-agrícolas). Na área rural classificada como distritos e povoados, desde o início dos anos noventas, a PEA não-agrícola já era bem superior à agrícola. Saliente-se que cerca de 90% do total da PEA rural não metropolitana (agrícola e não-agríco-

Tabela 1 - PEA Ocupada[1], segundo Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade, Estado de São Paulo, 1992-1998

(em mil pessoas)

Área, situação do domicílio e ramo de atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	Taxa de crescimento[2] (% a.a.)
Total do Estado	**13.694**	**14.041**	**14.875**	**14.801**	**14.848**	**14.974**	**1,5*** **
Metropolitano	**6.567**	**6.758**	**7.189**	**7.109**	**7.076**	**7.253**	**1,5*** **
Urbano total	6.482	6.679	7.113	7.031	6.976	7.151	1,5***
Agrícola	40	42	75	47	35	67	4,4
Não-agrícola	6.442	6.637	7.038	6.983	6.940	7.084	1,5***
Rural total	85	78	76	78	101	101	3,3
Agrícola	10	7	19	-	12	12	-
Não-agrícola	75	71	57	73	89	89	3,6
Não metropolitano	**7.127**	**7.284**	**7.685**	**7.692**	**7.772**	**7.721**	**1,5*** **
Urbano total	6.235	6.318	6.727	6.773	6.875	6.813	1,7***
Agrícola	631	610	498	563	439	436	-6,1***
Não-agrícola	5.604	5.708	6.229	6.210	6.436	6.377	2,4***
Rural total	892	966	959	919	898	908	-0,4
Agrícola	580	620	510	500	438	429	-5,8***
Não-agrícola	312	346	448	419	459	479	7,3***
Rural distritos e povoados	61	52	85	78	75	82	6,7**
Agrícola	18	15	10	18	16	14	-2,2
Não-agrícola	43	37	76	60	60	69	9,6**
Rural privado	831	914	873	841	822	825	-0,9
Agrícola	562	605	501	483	423	415	-5,9***
Não-agrícola	269	309	373	359	400	410	6,9***

[1]PEA restrita.

[2] ***,** indicam, respectivamente, 5% e 10% de confiança, estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; - indica menos de seis observações na amostra.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

la) encontrava-se no rural privado[5].

No período 1992-98, no Estado de São Paulo, as ocupações agrícolas da PEA rural diminuíram de 580 mil para 429 mil (-5,8% ao ano), enquanto as não-agrícolas saltaram de 312 mil para 479 mil (aumento de 7,3% ao ano). Os distritos e povoados e o rural privado tiveram comportamento semelhante ao rural total, apenas com taxas diferenciadas. Esse comportamento das ocupações não-agrícolas atenuou a queda da PEA rural total não metropolitana para 0,4% ao ano. Também a PEA agrícola com residência no urbano não metropolitano teve forte decréscimo (6,1% ao ano). O mau desempenho para as ocupações agrícolas resultou de uma redução do número de pessoas ocupadas, que passou de 1.211 mil, em 1992, para apenas 865 mil, em 1998, no rural não metropolitano. Saliente-se que, apenas em 1993 e 1995, o total de ocupados na agricultura com residência urbana não foi superior ao daqueles com domicílio rural.

A partir dos dados do *Sensor Rural* é possível observar as culturas que mais influenciaram na queda das ocupações agrícolas nos anos noventas. Pelas informações da figura 1, pode-se notar que a demanda de mão-de-obra vem apresentando queda ao longo dos anos noventas, reforçando os dados das PNADs. A incorporação das modernas tecnologias

[5]Além de São Paulo, os Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte também tinham, no final dos anos noventas, mais de 50% da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas, dentre os estados pesquisados no Projeto Rurbano. No Rio de Janeiro, a PEA rural não-agrícola representava, em 1997, 54% da PEA rural total e 58,6% da PEA rural ocupada (TEIXEIRA, 2000). No Rio Grande do Norte, a PEA rural não-agrícola correspondia, em 1997, a 48,3% da PEA rural total e a 52,2% da PEA rural ocupada (SILVA, 2000). Além desses três estados, no Distrito Federal ocorreu o mesmo processo. Segundo BOTELHO FILHO (2000), a PEA rural não-agrícola representava, em 1997, 66% da PEA rural total e 71% da PEA rural ocupada, ou seja, apenas 29% dos residentes rurais ocupados estavam trabalhando na agricultura do Distrito Federal. Para o total do Brasil, DEL GROSSI (1999) também observou que a população rural não é exclusivamente agrícola, uma vez que mais de 3,9 milhões de pessoas estavam ocupadas em atividades não-agrícolas, em 1995, o que representava 26% da PEA rural ocupada.

disponíveis para os agricultores, principalmente para as operações de colheita e pós-colheita, e a queda da área cultivada de importantes culturas provocaram forte exclusão de trabalhadores do processo produtivo na agropecuária paulista[6]. As principais reduções das ocupações agrícolas ocorreram nas culturas de cana-de-açúcar (após 1995, com a crise do setor e a intensificação do uso de colhedoras mecânicas na colheita da cana crua), café e grãos e oleaginosas.

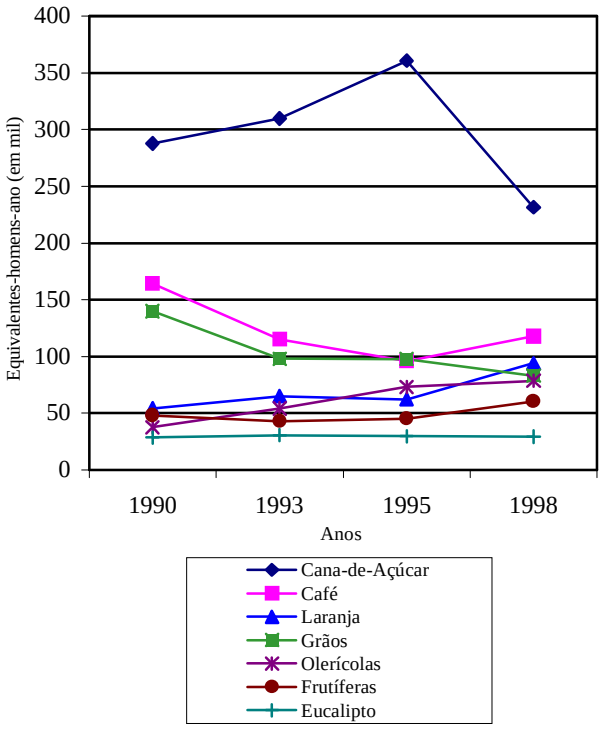

Figura 1 - Evolução da Demanda de Mão-de-Obra para as Principais Culturas, Estado de São Paulo, 1990-1998.
Fonte: Fundação SEADE – Sensor Rural.

A cana-de-açúcar tem sido a principal cultura demandadora de mão-de-obra na agricultura paulista. Apesar do impasse em relação ao futuro do Proálcool, o bom desempenho da atividade, principalmente na primeira metade da década de 90, deu-se pelo expressivo crescimento da produção de açúcar, impulsionado pelos bons preços internacionais e pela queda na produção de importantes países produtores. Pelo seu peso na geração de empregos, as mudanças que estão ocorrendo no processo produtivo da cana-de-açúcar devem provocar impactos importantes nas regiões onde é cultivada. A mecanização da colheita de cana crua e da operação de plantio, atividades que mais empregam trabalhadores no processo produtivo agrícola, deve provocar uma queda sensível no nível de emprego do setor.

O café registrou o pior desempenho no período 1990-95, quando os baixos preços, juntamente com problemas climáticos (geadas) e fitossanitários, fizeram com que muitos agricultores erradicassem suas plantações. A partir de então, com a melhoria dos preços de comercialização, a cultura do café começou a recuperar-se, mostrando inclusive uma reversão na tendência de redução da área cultivada[7]. No replantio de cafezais no território paulista, destaca-se o café adensado, cuja tecnologia adotada, além de propiciar grande aumento da produção física, é mais adequada para a utilização das derriçadeiras a ar comprimido e das novas colhedoras desenvolvidas para a mecanização da colheita. Ou seja, também para o café, no médio prazo, a tendência de aumento do emprego agrícola verificada no período após 1995 pode ser revertida com a adoção da colheita mecanizada.

Os grãos e oleaginosas, sem exceção, apresentaram fraco desempenho nos anos noventas. As maiores quedas na demanda da força de trabalho agrícola foram registradas nas culturas de algodão, mamona e trigo, que apresentam, atualmente, área cultivada pouco expressiva no Estado de São Paulo. As culturas de feijão e arroz também tiveram grandes reduções na demanda de mão-de-obra, sendo o comportamento da última explicado pela maior queda registrada para o arroz de sequeiro, normal-

[6]Uma análise detalhada sobre a evolução da demanda de mão-de-obra pelas principais culturas na agricultura paulista nos anos noventas pode ser encontrada em BALSADI (1998). Outro importante estudo sobre o mercado de trabalho agrícola no Estado de São Paulo, nos anos noventas, é o de BAPTISTELLA; VICENTE; VEIGA (2000).

[7]Segundo dados das estimativas de safra feitas pelo IEA/CATI, a área cultivada com café no Estado de São Paulo era de 504 mil hectares em 1990, caindo para 268,5 mil hectares em 1995, ano em que se registrou a menor área cultivada com café nos anos 90. Em 2000, as estimativas apontaram 366,4 mil hectares, indicando a recuperação da área cultivada, embora num patamar ainda abaixo do valor verificado em 1990.

mente uma atividade de maior risco e baixa tecnologia empregada no processo produtivo. As menores quedas na demanda da força de trabalho entre os grãos e oleaginosas foram observadas nas culturas de amendoim - devido à sua utilização na renovação dos canaviais -, milho e soja, em função de terem obtido bons preços de comercialização em alguns anos.

Os principais destaques, em termos de crescimento das ocupações agrícolas, ficaram para a laranja, olerícolas e frutíferas. O eucalipto, matéria-prima fundamental para um grande complexo agroindustrial paulista, que é o de papel e celulose, apresentou comportamento relativamente estável (pequeno crescimento). O grupo das frutíferas tem grande importância regional na ocupação da mão-de-obra agrícola. Em conjunto, as culturas de abacaxi, banana, figo, goiaba, maracujá, melancia, pêssego e uva responderam por quase 10% do total da demanda de mão-de-obra, apesar de ocuparem apenas 1% da área total cultivada com as principais culturas no Estado, mostrando que são atividades extremamente intensivas em mão-de-obra. Os contratos de produção com as agroindústrias fabricantes de compotas, doces e sucos, além do próprio aumento do consumo *in natura* desses produtos, têm permitido a expansão da área cultivada com a fruticultura.

A produção de verduras e legumes, orgânicos ou não, na qual está tornando-se comum o cultivo em estufas e pelo método de hidroponia, sistemas de produção altamente intensivos em mão-de-obra, foi a atividade com crescimento mais expressivo nos anos noventas. Essa produção concentra-se no "cinturão verde" e seu aumento foi uma resposta à grande expansão e diferenciação do mercado consumidor, puxado, em grande medida, pelas redes de *fast-food*, alguns grandes supermercados e por um mercado consumidor de alta renda localizado na Região Metropolitana de São Paulo. Como as frutíferas, esse grupo ocupa algo em torno de 1% a 2% da área cultivada, mas também responde por cerca de 10% do total da mão-de-obra na agricultura paulista.

A laranja também teve o desempenho determinado pelos bons preços internacionais do suco concentrado no início dos anos noventas, quando os produtores receberam os maiores preços pagos pela caixa da fruta. No entanto, desde a quebra do contrato padrão com as indústrias e a queda dos preços, muitos pequenos citricultores estão abandonando a atividade. A incidência de doenças como o cancro cítrico e o amarelinho e a não-colheita de boa parte da safra 1999/2000, devido ao excesso de suco concentrado em poder das indústrias, também têm comprometido a citricultura em várias regiões produtoras do Estado, com exceção das áreas em que predominam médios e grandes produtores, juntamente com a produção própria das indústrias, os quais têm tido condições de melhorar sua produtividade.

Em resumo, a mecanização dos grãos e oleaginosas (todas as etapas de cultivo), da colheita da cana e do café, além da crise da citricultura paulista em 1999 e 2000, reforçam o cenário de queda das ocupações agrícolas no médio prazo. Embora deva ser mencionado um elemento fundamental desse crescimento da mecanização da colheita das culturas, além da pressão contra a queimada da cana e a busca por redução de custos e aumento de competitividade: a defasagem cambial com a forte valorização do Real no período 1994-98, que possibilitou a importação muito barata de máquinas e equipamentos desenvolvidos no exterior para utilização na colheita. Mesmo que esse processo sofra um arrefecimento, as atividades intensivas em trabalho (olerícolas e frutíferas), apesar de gerarem muito mais emprego por unidade de área, não conseguem compensar a redução das ocupações nas grandes culturas, de modo que o cenário futuro deve se agravar, principalmente nas regiões monocultoras do Estado.

A forte redução das ocupações agrícolas teve reflexos em quase todas as principais profissões dos residentes rurais ocupados na agricultura paulista (Tabela 2). Pode-se notar que as maiores quedas referem-se ao número de trabalhadores rurais (5,6% ao ano, nos distritos e povoados, e 7,0% ao ano, no rural privado), agricultores conta-própria (5,0% ao ano) e

Tabela 2 - PEA Rural Não Metropolitana Ocupada em Atividades Agrícolas[1], segundo Área e Ocupação Principal, Estado de São Paulo, 1992-1998
(em mil pessoas)

Área e ocupação principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	Taxa de crescimento[2] (% a.a.)
Distritos e povoados	**18**	**15**	**10**	**18**	**16**	**14**	**-2,2*** **
Trabalhador rural	18	13	10	17	13	10	-5,6
Rural privado	**562**	**605**	**501**	**483**	**423**	**415**	**-5,9*** **
Trabalhador rural	349	399	313	300	235	261	-7,0***
Agricultor conta-própria	108	113	96	94	87	82	-5,0***
Operador agrícola	24	46	37	33	34	28	-0,6
Dirigente na agricultura	19	9	14	17	22	11	1,5
Empregador agrícola	35	18	18	13	9	15	-14,4**
Subtotal	535	584	477	456	387	397	-6,3***

[1]PEA restrita.
[2] ***,** indicam, respectivamente, 5% e 10% de confiança, estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.
Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

empregadores agrícolas (14,4% ao ano). As ocupações (profissões) que apresentaram melhor desempenho, embora com taxas não significativas estatisticamente, foram as de dirigente na agricultura (cresceu 1,5% ao ano) e operador agrícola (-0,6% no período, mas com crescimento em alguns anos), sendo tais resultados condizentes com o processo de modernização e mecanização das principais culturas no Estado de São Paulo.

Voltando para a análise das atividades não-agrícolas, pode-se notar que os principais ramos de atividade da PEA rural não metropolitana paulista, em 1998, foram os de prestação de serviços, indústria de transformação, comércio de mercadorias, indústria da construção e serviços sociais, que responderam por 80% das ocupações da PEA dos distritos e povoados e por 86% da PEA do rural privado e outros (Tabela 3). Com exceção da indústria de transformação no rural privado - que teve queda no setor de alimentos, além de um comportamento não muito expressivo no de metais, vestuário e bebidas -, todos os ramos de atividade apresentaram elevado crescimento no período 1992-98 (estatisticamente significativos).

Um aspecto interessante é que a taxa de crescimento da prestação de serviços, nos anos noventas, ficou abaixo da do total das ocupações não-agrícolas. Apesar de continuar sendo o principal ramo de atividade não-agrícola, sua participação diminuiu de 39,8%, em 1992, para 33,4%, em 1998, no rural privado. O mesmo ocorreu com a indústria de transformação, que também perdeu importância relativa no total da ocupação da PEA rural. Assim, foram outros ramos os que mais cresceram (comércio de mercadorias, construção civil e serviços sociais, por exemplo), e mesmo outros setores dentro da prestação de serviços, que não o emprego doméstico, sendo essa a "novidade" da década de 90.

Para o emprego doméstico vale o mesmo comentário. Entre 1992 e 1998, o número de ocupações cresceu em 27 mil. Este continua sendo o principal setor, mas diminuiu sua participação relativa na ocupação da PEA rural paulista de 28,7% para 24,8%, indicando que outros setores estão ganhando maior importância. Pode-se notar que o aumento total das ocupações não-agrícolas (167 mil pessoas ocupadas) foi cerca de seis vezes maior que o aumento do número de pessoas ocupadas no emprego doméstico (Tabela 4).

O aumento da prestação de serviços (5,8% e 3,1% ao ano, respectivamente, para o rural privado e distritos e povoados, no período 1992-98) foi fortemente influenciado pelo setor de emprego doméstico, que cresceu 6,0% ao ano no mesmo período, saltando de 83 mil pessoas ocupadas, em 1992, para 110 mil, em 1998. Nesse último ano, o emprego doméstico respondeu por cerca de 25% do total de ocupações da PEA rural não metropolitana. Embora tenha crescido a uma taxa de apenas 1,5% ao ano, também merece destaque o setor de restaurantes,

Tabela 3 - PEA Rural Não Metropolitana Ocupada[1], segundo Área e Ramos de Atividade, Estado de São Paulo, 1992-1998

(em mil pessoas)

Área e ramos de atividades	1992	1993	1995	1996	1997	1998	Taxa de crescimento[2] (% a.a.)
Distritos e povoados	**61**	**52**	**85**	**78**	**75**	**82**	**6,7****
Agrícola	18	15	10	18	16	14	-2,2
Não-agrícola	43	37	76	60	60	69	9,6**
Indústria de transformação	6	9	13	6	11	8	4,0
Indústria da construção	11	5	14	17	16	18	16,6*
Outras atividades industriais	-	-	-	-	-	-	-
Comércio de mercadorias	-	-	13	7	-	14	-
Prestação de serviços	15	14	20	18	20	15	3,1
Serviços auxiliares	-	-	-	-	-	-	-
Transporte ou comunicação	-	-	-	-	-	-	-
Serviços sociais	-	-	9	-	-	-	-
Administração pública	-	-	-	-	-	-	-
Outras atividades	-	-	-	-	-	-	-
Rural privado	**831**	**914**	**873**	**841**	**822**	**825**	**-0,9**
Agrícola	562	605	501	483	423	415	-5,9***
Não-agrícola	269	309	373	359	400	410	6,9***
Indústria de transformação	71	90	101	81	79	88	1,4
Indústria da construção	22	24	45	38	49	39	12,6***
Outras atividades industriais	7	8	6	12	8	12	7,4*
Comércio de mercadorias	21	31	38	34	42	57	13,7***
Prestação de serviços	107	108	127	119	164	137	5,8**
Serviços auxiliares	-	-	-	9	5	9	-
Transporte ou comunicação	13	9	14	18	13	21	10,2*
Serviços sociais	13	20	22	30	23	31	12,6***
Administração pública	9	11	11	12	15	14	7,4
Outras atividades	5	-	-	6	-	-	-

[1]PEA restrita.
[2] ***,**,* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; - indica menos de seis observações na amostra.
Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

que foi o terceiro mais importante em 1998, ocupando 15 mil pessoas no rural privado.

Para GRAZIANO DA SILVA (1999), a grande participação do emprego doméstico nas atividades não-agrícolas no meio rural aponta para três condições distintas e não necessariamente excludentes: a dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, no qual os atributos ligados à resistência física ainda são muito importantes para a força de trabalho não-qualificada; o crescimento das moradias da população de alta renda nas zonas rurais, seja como chácara de fim-de-semana ou condomínios de alto padrão para as famílias que procuram uma qualidade de vida melhor que a proporcionada pelos grandes aglomerados urbanos; e o aumento da população de baixa renda, que trabalha em áreas urbanas mas reside na zona rural, em função das facilidades que encontram para conseguir terreno mais barato para a autoconstrução.

O excelente desempenho da construção civil, que cresceu 16,6% ao ano nos distritos e povoados e 12,6% no rural privado, é um bom indicador do grande crescimento de atividades de caráter "tipicamente urbano" no meio rural paulista (segunda residência em chácaras e condomínios, instalação de indústrias, construção de hotéis-fazenda, pesque-pague e infra-estruturas para o turismo, como é o caso dos parques temáticos). Em 1998, o setor da construção civil respondeu por quase 10% das ocupações não-agrícolas da PEA rural não metropolitana.

Outro ramo de atividade que cresceu muito nos anos noventas foi o de comércio de mercadorias,

Tabela 4 - PEA Rural Não Metropolitana Ocupada[1], segundo Área e Setores de Atividade, Estado de São Paulo, 1992-1998

(em mil pessoas)

Área e setores de atividades	1992	1993	1995	1996	1997	1998	Taxa de crescimento[2] (% a.a.)
Distritos e povoados	**61**	**52**	**85**	**78**	**75**	**82**	**6,7****
Agrícola	18	15	10	18	16	14	-2,2
Não-agrícola	43	37	76	60	60	69	9,6**
Construção	11	5	14	17	16	18	16,6*
Emprego doméstico	6	9	11	9	10	8	5,4
Comércio de alimentos	-	-	-	-	-	5	-
Supermercados	-	-	-	-	-	5	-
Subtotal	17	14	25	26	25	37	14,6***
Rural privado	**831**	**914**	**873**	**841**	**822**	**825**	**-0,9**
Agrícola	562	605	501	483	423	415	-5,9***
Não-agrícola	269	309	373	359	400	410	6,9***
Emprego doméstico	77	79	92	84	118	102	6,0***
Construção	22	24	45	38	49	39	12,6***
Restaurantes	11	13	11	8	12	15	1,9
Estab. de ensino público	6	11	8	12	9	14	8,8*
Indústria de transformação	14	28	16	15	18	14	-3,0
Comércio de alimentos	5	5	10	7	8	13	14,5***
Insumos químicos	5	7	-	-	7	10	-
Transporte público	-	-	-	-	-	10	-
Transporte de carga	9	5	11	14	10	10	7,7
Acessórios de veículos	-	7	-	7	7	9	-
Indústria de alimentos	26	15	23	20	20	8	-9,5
Indústria de metais	-	-	9	-	-	8	-
Comércio de combustíveis	-	-	-	-	6	7	-
Administração municipal	5	5	7	5	11	7	8,9*
Equipamentos elétricos	-	-	-	-	5	6	-
Comércio ambulante	-	-	8	-	6	6	-
Supermercados	5	-	6	5	7	6	-
Comércio de vestuário	-	-	5	-	-	5	-
Eletricidade	-	-	-	-	-	5	-
Perfumaria	-	-	-	-	-	5	-
Comércio de art.de transportes	-	5	-	-	-	5	-
Pedras	-	-	5	-	-	-	-
Indústria de vestuário	-	-	-	9	-	-	-
Indústria de bebidas	-	-	14	-	-	-	-
Subtotal	184	206	271	224	292	306	8,3***

[1]PEA restrita.

[2] ***,**,* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; - indica menos de seis observações na amostra.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

principalmente no rural privado (13,7% ao ano no período 1992-98). Nesse ramo estão setores muito diversificados, que comercializam mercadorias tanto para o consumo pessoal dos residentes quanto para uso no processo produtivo na agropecuária, os quais tiveram bom desempenho no período analisado (o mais significativo foi o comércio de alimentos, que cresceu 14,5% ao ano, mas também podem ser destacados o comércio de combustíveis, o comércio ambulante, os supermercados, o comércio de vestuário, a perfumaria e o comércio de artigos de transportes).

No ramo de serviços sociais, que cresceu 12,6% ao ano no rural privado, o principal destaque foi o setor de estabelecimentos de ensino público, com expansão de 8,8% ao ano no período 1992-98. Outros dois ramos de atividade também tiveram forte crescimento em termos de ocupação da PEA rural não-agrícola no meio rural não metropolitano paulista: o de transportes e comunicação, com taxa anual

de crescimento de 10,2% ao ano no rural privado, em que merecem destaque os setores de transporte público e transporte de carga; e o de administração pública, que registrou aumento de 7,4% ao ano, muito influenciado pelo setor da administração municipal, que é o principal empregador e teve expansão de 8,9% ao ano no número de pessoas ocupadas.

É interessante observar a grande diversidade de setores de atividade não-agrícola nos quais a PEA rural não metropolitana paulista tem conseguido se ocupar, muitos deles sem nenhum vínculo direto com a produção agropecuária. Os diferentes graus de exigência de escolaridade e qualificação profissional abrem possibilidades para a grande diversidade de trabalhadores com residência rural, os quais, muitas vezes, não preenchem requisitos muito rígidos de contratação profissional.

Com isso, nota-se a presença de todas (ou quase todas) as dinâmicas responsáveis pelo crescimento das ocupações não-agrícolas da população residente no meio rural, o que coloca São Paulo em um patamar diferenciado de outros estados e regiões. As dinâmicas referem-se: às atividades econômicas diretamente vinculadas à agricultura, fornecendo bens e serviços que servem como insumos da produção e, também, processando, comercializando e transportando os produtos agropecuários; às ocupações geradas pelo consumo da população rural, incluindo tanto os bens e serviços de consumo como os serviços auxiliares para o consumo de bens urbanos (transporte, comércio, etc.); ao "excedente" da mão-de-obra rural, que busca ocupações não-agrícolas no próprio meio rural, ou urbano, principalmente na prestação de serviços, sem abandonar a unidade familiar; à demanda por bens e serviços não vinculados diretamente à produção agropecuária, como o artesanato, o lazer e o turismo rural; à expansão dos serviços públicos para as zonas rurais; à demanda por terras para uso não-agrícola por parte das (agro) indústrias e empresas prestadoras de serviços; à demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas proximidades das cidades e que possuem infra-estrutura mínima de transportes e serviços públicos; à demanda da população urbana de alta renda por áreas de segunda residência, bem como pelos serviços relacionados a elas; e às novas atividades agropecuárias, voltadas para nichos de mercado.

As referidas dinâmicas distinguem-se quanto às atividades diretamente envolvidas, ao deslocamento espacial das pessoas, ao caráter das iniciativas (imobiliárias, comerciais ou industriais) e ao tipo de produtos e serviços de consumo corrente transacionados no meio rural. Essas dinâmicas relacionam-se aos amplos processos de industrialização da agricultura e reajuste do setor industrial, bem como à mudança do padrão de consumo da população (urbana e rural), os quais, no conjunto, vêm alterando a estrutura ocupacional do meio rural paulista (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 1999).

Em função do exposto, o meio rural paulista não pode mais ser considerado apenas o conjunto das tradicionais atividades agropecuárias, pois ganhou novas funções (e, conseqüentemente, novas ocupações para seus residentes), como: propiciar lazer por intermédio dos pesque-pague, hotéis-fazenda e chácaras de fins de semana[8]; dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais); abrigar atividades de preservação e conservação ambiental, que propiciam o desenvolvimento do turismo rural, além da criação de parques estaduais e estações ecológicas; sediar um conjunto de atividades tipicamente urbanas, crescentes

[8]Essas chácaras são pequenas áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana. Estão localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, com fácil acesso pelas principais rodovias do Estado. Muitas delas apresentam atividades produtivas de valor comercial considerável, ultrapassando até mesmo a idéia corrente de "abater parte das despesas de sua manutenção". Em 1995, uma exposição realizada em São Paulo estimou em cerca de 70 mil os pequenos chacareiros com atividades comerciais no Estado de São Paulo. Eles se dedicam, principalmente, à criação de abelhas, peixes, aves e outros pequenos animais, à produção de flores e plantas ornamentais, frutas e hortaliças, às atividades de recreação e turismo (pesque-pague, hotel fazenda, pousadas, restaurantes, spas). O impacto da proliferação das chácaras de fim de semana tem sido notável sobre a paisagem rural, dando novo uso para as terras, inclusive assalariando antigos trabalhadores rurais e moradores do local como "caseiros" e jardineiros (GRAZIANO DA SILVA et al., 1996).

em função da "homogeneização" dos mercados de trabalho urbano e rural. Em resumo, há um conjunto de atividades não-agrícolas que respondem, cada vez mais, pela nova dinâmica populacional do meio rural paulista (GRAZIANO DA SILVA et al., 1996).

Os dados da tabela 5 mostram as principais profissões não-agrícolas da PEA rural não metropolitana. É perceptível a relação do crescimento delas com os setores nos quais estão inseridas, destacando-se as ocupações de serviços domésticos (sempre à frente das demais), pedreiro, motorista, balconistas-atendentes, diarista doméstico e ajudante de pedreiro.

Para finalizar esse item, uma breve análise dos residentes rurais não metropolitanos ocupados em atividades agrícolas e não-agrícolas, segundo gênero e posição na ocupação. Nos anos noventas, houve predomínio dos homens nas atividades agrícolas e não-agrícolas. Em 1992, 78,2% dos ocupados na agropecuária paulista (ou 453.676 pessoas) eram do sexo masculino, contra 21,8% de mulheres (ou 126.335). No período analisado, houve forte redução no número de pessoas ocupadas de ambos os sexos. Em 1998, eram 352.431 homens (82,2%) e apenas 76.431 mulheres (17,8%). A única posição na ocupação que apresentou relativo equilíbrio entre homens e mulheres foi a de membros não remunerados da família. Nas demais, havia forte predomínio da mão-de-obra masculina (Tabelas 6, 7 e 8).

Nas atividades não-agrícolas, a distribuição entre os sexos manteve-se praticamente inalterada no período 1992-98, sendo que as mulheres, diferentemente do que se verificou nas atividades agrícolas, tiveram grande participação em quase todas as posições na ocupação. Em 1992, 63,4% dos ocupados (ou 197.844 pessoas) eram homens e 36,6% eram mulheres (114.411 pessoas). No período analisado, aumentou significativamente a inserção de homens e mulheres residentes no meio rural não metropolitano em atividades não-agrícolas. Em 1998, a distribuição dos ocupados correspondia a 63,1% de homens (302.317 pessoas) e 36,9% de mulheres (176.626 pessoas).

Com isso, no final dos anos noventas, 46% dos homens residentes no meio rural não-metropolitano paulista estavam ocupados em atividades fora da agricultura. A participação das mulheres era ainda maior: 70% ocupadas em atividades não-agrícolas. Saliente-se que esse comportamento é idêntico ao observado por WELLER (1994) e LANJOUW (1999) para os países latino-americanos estudados[9]. Para as mulheres rurais, as ocupações não-agrícolas passaram a ter um peso muito mais importante do que a agricultura.

Quanto à posição na ocupação, os empregados eram maioria nas atividades agrícolas (45,2%, em 1992, e 55,4%, em 1998, atingindo um máximo de 59,1%, em 1997) e não-agrícolas (83,5%, em 1992, e 75,9%, em 1998). No entanto, vale destacar que, nas atividades agrícolas, os homens tinham participação muito superior à das mulheres entre os empregados, comparativamente às atividades não-agrícolas, visto que, para as mulheres, a única posição na ocupação importante na agricultura era a de membros não remunerados da família.

As quedas verificadas nas ocupações agrícolas ocorreram em todas as posições na ocupação. No entanto, foi entre os membros não remunerados da família que ela foi mais intensa, reforçando o argumento das estratégias familiares em busca de outras fontes de trabalho e renda fora da agricultura (pluriatividade). Em 1992, somando-se homens e mulheres, havia 170.822 membros não remunerados da família ocupados em atividades agrícolas, valor reduzido para 86.617 pessoas em 1998. Para os empregados, conta-própria e empregadores, as reduções foram bem menos acentuadas.

4 - CONCLUSÕES

Os dados das PNADs mostraram que, nos

[9]Nos países estudados, os autores constataram que mais de 80% das mulheres rurais ocupadas na Costa Rica, em Honduras e no Panamá estavam trabalhando em atividades não-agrícolas. Os valores para o Equador e a Guatemala eram 50% e 68%, respectivamente.

Tabela 5 - PEA Rural Não Metropolitana Ocupada[1], segundo Área e Ocupação Principal, Estado de São Paulo, 1992-1998

(em mil pessoas)

Área e ocupação principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	Taxa de crescimento[2] (% a.a.)
Distritos e povoados	**61**	**52**	**85**	**78**	**75**	**82**	**6,7****
Agrícola	18	15	10	18	16	14	-2,2
Não-agrícola	43	37	76	60	60	69	9,6**
Pedreiro	8	-	6	9	10	10	-
Balconista – atendente	-	-	-	-	-	8	-
Serviços domésticos	-	5	8	5	8	7	-
Ajudante de pedreiro	-	-	5	-	-	-	-
Subtotal	8	5	19	14	18	25	25,9***
Rural privado	**831**	**914**	**873**	**841**	**822**	**825**	**-0,9**
Agrícola	562	605	501	483	423	415	-5,9***
Não-agrícola	269	309	373	359	400	410	6,9***
Serviços domésticos	64	68	77	71	93	78	4,3**
Motorista	15	9	16	19	15	25	11,1*
Pedreiro	17	12	24	17	36	25	12,8*
Balconista – atendente	6	9	7	14	13	18	18,8***
Serviços conta-própria	-	11	9	7	6	15	-
Diarista doméstica	7	7	7	5	20	14	13,9
Diversos	7	9	-	18	-	11	-
Servente – faxineiro	10	10	6	10	9	11	0,2
Ajudante – diversos	10	5	14	12	5	11	1,9
Ajudante de pedreiro	5	6	15	14	12	10	15,9**
Concretista – draguista	-	-	-	6	-	6	-
Cozinheiro (não domést.)	7	5	6	-	7	6	-
Ajudante administrativo	6	10	6	10	-	6	-
Caixa recebedor	-	-	-	-	-	5	-
Chefia e assistentes	-	8	5	6	-	5	-
Atendente de serviços	-	-	-	-	-	5	-
Copeiro – balconista	-	-	-	-	-	5	-
Guarda – vigia	-	-	-	-	-	5	-
Forneiro em olaria	10	20	10	7	11	-	-
Ambulante	-	-	6	-	-	-	-
Técnico ind. diversos	-	-	5	6	-	-	-
Empregador – comércio	6	5	-	-	7	-	-
Ajudante mec. de máquinas	6	-	5	-	-	-	-
Costureiro – alfaiate	-	5	5	7	6	-	-
Subtotal	176	201	221	226	240	262	6,0***

[1]PEA restrita.
[2] ***,**,* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; - indica menos de seis observações na amostra.
Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

anos noventas, consolidou-se uma mudança estrutural, que já estava em curso desde meados da década de 80, nas ocupações da população economicamente ativa residente no meio rural paulista, principalmente daquela com domicílio no rural não metropolitano.

A forte redução das ocupações agrícolas, motivada pela mecanização crescente do processo produtivo na agropecuária e pela redução da área cultivada com importantes culturas, juntamente com as marcantes transformações pelas quais vem passando o meio rural no Estado de São Paulo (crise de rentabilidade da agricultura, novas funções de moradia, lazer e turismo no meio rural, mudanças nas famílias rurais, alterações na estrutura das propriedades rurais, "homogeneização" dos mercados de trabalho urbano e rural), produziram como resultado um significativo aumento da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas.

Em 1998, 53% dos ocupados residentes no meio rural não metropolitano paulista (479 mil pes-

Tabela 6 - Residentes Rurais Não Metropolitanos Ocupados em Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas, por Sexo, segundo Posição na Ocupação, Estado de São Paulo, 1992-1998

Posição na ocupação	1992			1993			1995		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agrícola	**453.676**	**126.335**	**580.011**	**494.991**	**124.722**	**619.713**	**424.347**	**85.989**	**510.336**
Empregado	228.026	34.170	262.196	288.684	46.279	334.963	262.727	33.442	296.169
Conta-própria	100.117	9.533	109.650	107.470	6.275	113.745	92.360	5.574	97.934
Empregador	34.164	3.179	37.343	16.472	3.923	20.395	17.514	-	17.514
Trab. fam. não remunerado	91.369	79.453	170.822	82.365	68.245	150.610	51.746	46.973	98.719
Não-agrícola	**197.844**	**114.411**	**312.255**	**215.725**	**129.424**	**345.149**	**281.842**	**166.396**	**448.238**
Empregado[1]	161.293	99.316	260.609	154.533	111.384	265.917	212.578	136.940	349.518
Conta-própria	26.222	11.122	37.344	43.935	7.845	51.780	54.935	24.678	79.613
Empregador	5.563	3.973	9.536	7.846	3.137	10.983	8.756	797	9.553
Trab. fam. não remunerado	4.766	-	4.766	9.411	7.058	16.469	5.573	3.981	9.554

Posição na ocupação	1996			1997			1998		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agrícola	**403.425**	**97.059**	**500.484**	**373.466**	**64.701**	**438.167**	**352.431**	**76.431**	**428.862**
Empregado	225.344	27.008	252.352	236.693	22.113	258.806	212.308	25.478	237.786
Conta-própria	87.774	8.440	96.214	85.995	2.457	88.452	77.280	6.796	84.076
Empregador	15.192	-	15.192	14.742	1.638	16.380	20.383	-	20.383
Trab. fam. não remunerado	75.115	61.611	136.726	36.036	38.493	74.529	42.460	44.157	86.617
Não-agrícola	**268.390**	**146.852**	**415.242**	**286.651**	**172.809**	**459.460**	**302.317**	**176.626**	**478.943**
Empregado[1]	216.906	128.284	345.190	214.578	148.239	362.817	223.336	140.111	363.447
Conta-própria	39.668	13.504	53.172	58.150	18.018	76.168	60.298	16.136	76.434
Empregador	5.908	844	6.752	11.466	1.638	13.104	9.341	5.095	14.436
Trab. fam. não remunerado	5.908	4.220	10.128	2.457	4.914	7.371	9.342	15.284	24.626

[1]Inclui os empregados nos serviços domésticos.
Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos dados primários da PNAD.

Tabela 7 - Distribuição dos Residentes Rurais Não Metropolitanos Ocupados em Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas, por Sexo, segundo Posição na Ocupação, Estado de São Paulo, 1992-1998 (em %)

Posição na ocupação	1992			1993			1995		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agrícola	**78,2**	**21,8**	**100,0**	**79,9**	**20,1**	**100,0**	**83,2**	**16,8**	**100,0**
Empregado	87,0	13,0	100,0	86,2	13,8	100,0	88,7	11,3	100,0
Conta-própria	91,3	8,7	100,0	94,5	5,5	100,0	94,3	5,7	100,0
Empregador	91,5	8,5	100,0	80,8	19,2	100,0	100,0	0,0	100,0
Trab. fam. não remunerado	53,5	46,5	100,0	54,7	45,3	100,0	52,4	47,6	100,0
Não-agrícola	**63,4**	**36,6**	**100,0**	**62,5**	**37,5**	**100,0**	**62,9**	**37,1**	**100,0**
Empregado	61,9	38,1	100,0	58,1	41,9	100,0	60,8	39,2	100,0
Conta-própria	70,2	29,8	100,0	84,8	15,2	100,0	69,0	31,0	100,0
Empregador	58,3	41,7	100,0	71,4	28,6	100,0	91,7	8,3	100,0
Trab. fam. não remunerado	100,0	0,0	100,0	57,1	42,9	100,0	58,3	41,7	100,0

Posição na ocupação	1996			1997			1998		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agrícola	**80,6**	**19,4**	**100,0**	**85,2**	**14,8**	**100,0**	**82,2**	**17,8**	**100,0**
Empregado	89,3	10,7	100,0	91,5	8,5	100,0	89,3	10,7	100,0
Conta-própria	91,2	8,8	100,0	97,2	2,8	100,0	91,9	8,1	100,0
Empregador	100,0	0,0	100,0	90,0	10,0	100,0	100,0	0,0	100,0
Trab. fam. não remunerado	54,9	45,1	100,0	48,4	51,6	100,0	49,0	51,0	100,0
Não-agrícola	**64,6**	**35,4**	**100,0**	**62,4**	**37,6**	**100,0**	**63,1**	**36,9**	**100,0**
Empregado	62,8	37,2	100,0	59,1	40,9	100,0	61,4	38,6	100,0
Conta-própria	74,6	25,4	100,0	76,3	23,7	100,0	78,9	21,1	100,0
Empregador	87,5	12,5	100,0	87,5	12,5	100,0	64,7	35,3	100,0
Trab. fam. não remunerado	58,3	41,7	100,0	33,3	66,7	100,0	37,9	62,1	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos dados primários da PNAD.

Tabela 8 - Distribuição dos Residentes Rurais Não Metropolitanos Ocupados em Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas, por Sexo, segundo Posição na Ocupação, Estado de São Paulo, 1992-1998 (em %)

Posição na ocupação	1992			1993			1995		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agrícola	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Empregado	50,3	27,0	45,2	58,3	37,1	54,1	61,9	38,9	58,0
Conta-própria	22,1	7,5	18,9	21,7	5,0	18,4	21,8	6,5	19,2
Empregador	7,5	2,5	6,4	3,3	3,1	3,3	4,1	0,0	3,4
Trab. fam. não remunerado	20,1	62,9	29,5	16,6	54,7	24,3	12,2	54,6	19,3
Não-agrícola	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Empregado	81,5	86,8	83,5	71,6	86,1	77,0	75,4	82,3	78,0
Conta-própria	13,3	9,7	12,0	20,4	6,1	15,0	19,5	14,8	17,8
Empregador	2,8	3,5	3,1	3,6	2,4	3,2	3,1	0,5	2,1
Trab. fam. não remunerado	2,4	0,0	1,5	4,4	5,5	4,8	2,0	2,4	2,1
Posição na ocupação	1996			1997			1998		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agrícola	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Empregado	55,9	27,8	50,4	63,4	34,2	59,1	60,2	33,3	55,4
Conta-própria	21,8	8,7	19,2	23,0	3,8	20,2	21,9	8,9	19,6
Empregador	3,8	0,0	3,0	3,9	2,5	3,7	5,8	0,0	4,8
Trab. fam. não remunerado	18,6	63,5	27,3	9,6	59,5	17,0	12,0	57,8	20,2
Não-agrícola	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Empregado	80,8	87,4	83,1	74,9	85,8	79,0	73,9	79,3	75,9
Conta-própria	14,8	9,2	12,8	20,3	10,4	16,6	19,9	9,1	16,0
Empregador	2,2	0,6	1,6	4,0	0,9	2,9	3,1	2,9	3,0
Trab. fam. não remunerado	2,2	2,9	2,4	0,9	2,8	1,6	3,1	8,7	5,1

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos dados primários da PNAD.

soas) estavam trabalhando fora da agricultura. Em 1992, essa participação era de 35% (312 mil pessoas). Saliente-se que a PEA rural metropolitana já era fortemente não-agrícola desde o início dos anos noventas. Por outro lado, no mesmo período, a PEA rural agrícola passou de 580 mil pessoas ocupadas (65% do total) para 429 mil (47%). O crescimento das ocupações em algumas atividades intensivas em mão-de-obra e com grande expansão nos anos noventas, como é o caso da olericultura e da fruticultura, não foi suficiente para compensar a queda verificada na cana-de-açúcar, algodão, café e grãos e oleaginosas.

Os principais ramos de atividade responsáveis pela ocupação da PEA rural não-agrícola foram os de prestação de serviços e indústria de transformação, com mais de 50% das pessoas ocupadas, seguidos pelo comércio de mercadorias, indústria da construção e serviços sociais. Juntos, esses cinco ramos de atividade responderam por cerca de 90% das ocupações não-agrícolas.

Entre as ocupações (profissões) da PEA rural não-agrícola, os principais destaques foram os serviços domésticos (sempre o mais importante no período 1992-98), motorista, pedreiro, balconista-atendente, serviços por conta-própria, diarista doméstica, servente-faxineiro, ajudantes diversos e ajudante de pedreiro, todas com crescimento na década de 90. Esse comportamento contrastou com o verificado para as ocupações na PEA rural agrícola, pois quase todas, com exceção dos dirigentes na agricultura e dos operadores agrícolas, tiveram forte decréscimo no período 1992-98 (7,0% ao ano para os trabalhadores rurais, 5,0% ao ano para os agricultores conta-própria e 14,4% ao ano para os empregadores agrícolas).

No Estado de São Paulo, a PEA rural não-agrícola era predominantemente formada por empregados, cujas participações no total de ocupados variaram entre 83,5%, em 1992, e 75,8%, em 1998. A segunda categoria mais importante sempre foi a dos conta-própria. Também na PEA rural agrícola os empregados eram maioria, embora com menor participação (atingiu um máximo de 59,1%, em 1997). As categorias de membros não remunerados da família

e de conta-própria apareciam a seguir, respondendo, conjuntamente, por cerca de 40%, em média, do total de ocupados na agricultura.

No período 1992-98, houve um grande aumento da participação, tanto dos homens quanto das mulheres residentes rurais, nas atividades não-agrícolas, de tal forma que a distribuição da PEA rural ocupada fora da agricultura manteve-se praticamente inalterada: eram 63,4% de homens e 36,6% de mulheres, em 1992, e 63,1% e 36,9%, respectivamente, em 1998. Em valores absolutos, o número de homens ocupados aumentou de 197.844 pessoas, em 1992, para 302.317, em 1998. Com isso, 46% dos homens residentes no meio rural não metropolitano estavam alocados em atividades não-agrícolas. Em 1992, essa participação era de apenas 30%, pois a grande maioria ainda estava ocupada na agropecuária (70%, ou 453.676 pessoas).

Para as mulheres ocorreu o mesmo processo, mas com muito mais intensidade, pois, em 1998, 70% (ou 176.626 pessoas) das residentes rurais estavam ocupadas em atividades não-agrícolas. Em 1992, a situação era bem mais equilibrada: 52,5% estavam ocupadas em atividades agrícolas e 47,5% (ou 114.411 pessoas) em não-agrícolas.

As reduções verificadas nas ocupações agrícolas ocorreram em todas as posições na ocupação. No entanto, foi entre os membros não remunerados da família que ela foi mais intensa: em 1992, somando-se homens e mulheres, havia 170.822 membros não remunerados da família ocupados em atividades agrícolas, valor reduzido para 86.617 pessoas em 1998. Para os empregados, conta-própria e empregadores, as reduções foram bem menos acentuadas.

O fundamental, em um contexto em que o rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a abrigar uma infinidade de outras atividades e novas funções, é que as políticas públicas tenham a clareza suficiente de que promover um desenvolvimento sustentável e não excludente significa garantir boas condições de trabalho para todos os trabalhadores, agrícolas e não-agrícolas. As atividades não-agrícolas devem ser estimuladas porque têm se mostrado uma alternativa muito importante para os desempregados agrícolas residentes no meio rural, além de um forte elemento dinamizador da economia rural, que estaria muito mais debilitada se dependesse somente da ultrafragilizada política agrícola brasileira.

Em linhas gerais, as políticas de fomento de atividades rurais não-agrícolas devem considerar as diferentes dinâmicas que impulsionam a geração de novas ocupações no meio rural, bem como os diversos estágios de desenvolvimento econômico, em geral, e da agricultura, em particular, nas regiões. Em muitos lugares, só o fomento de atividades não-agrícolas não conseguirá gerar desenvolvimento endógeno, sendo necessária a geração de ocupações agrícolas, por meio de melhorias na produção agropecuária.

Em função disso, para remover o forte viés agrícola que caracteriza as políticas de desenvolvimento rural e adotar uma posição de promover o desenvolvimento do uso da terra e da economia rural como um todo, deve-se considerar que:

- uma expansão da agricultura e um aumento nos rendimentos da agricultura tradicional podem estimular a demanda de bens e serviços rurais não-agropecuários. Adicionalmente, para que rendas crescentes da agricultura sejam traduzidas em uma demanda crescente de bens e serviços das ORNA, é importante que se reduza a heterogeneidade socioeconômica da agricultura (WELLER, 1994);
- o incentivo às atividades não diretamente vinculadas às tradicionais atividades agropecuárias, por meio de políticas para o turismo rural, lazer e artesanato, pode aumentar as ORNA;
- a descentralização e a expansão de serviços públicos no meio rural têm um papel fundamental na geração de ocupações não-agrícolas [10], assim como

[10]Segundo WELLER (1994), esse processo não necessariamente consiste na criação de dependências subordinadas nas zonas rurais das instituições centrais, como freqüentemente era o enfoque nas décadas passadas. Trata-se de reforçar as instituições públicas de base, dando-lhes maiores recursos financeiros e outorgando-lhes uma maior responsabilidade para a geração das condições de produção e reprodução em nível local. Os efeitos para as economias rurais seriam favoráveis pela demanda de bens e serviços de consumo gerada pelos empregados públicos e porque o poder de compra das mesmas instituições locais tende a favorecer em maior grau produtores e fornecedores locais. Além disso, significa a retenção ou o retorno de pessoas quali-

a "desprivatização" dos espaços rurais, a "urbanização" do meio rural, as políticas sociais compensatórias ativas e o reordenamento institucional, com leis para uso do solo (GRAZIANO DA SILVA, 1999);

- a reforma agrária pode ter um papel importante, se for realizada, também, para fins não essencialmente agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1999);
- um tratamento diferenciado deve ser assumido entre áreas rurais ricas e pobres[11]. Nessas, um papel ativo na parcela do setor público é requerido a fim de promover as condições para aumentar a atratividade das regiões para o setor privado (estradas, eletrificação, telecomunicações, irrigação), assim como um forte investimento público deve desenvolver a capacidade das famílias rurais de estarem aptas a participar de uma larga faixa de atividades remuneradoras. A enorme heterogeneidade das regiões e mesmo dentro das ocupações rurais não-agrícolas (importância dos setores, das diferentes posições na ocupação, do gênero, etc.) não permitem que sejam desenhadas políticas únicas para a promoção das ORNA (LANJOUW, s/d);
- as políticas para desenvolver as ORNA devem considerar o fato de que o gênero é indubitavelmente um fator determinante para acesso às ocupações geradas. Políticas e programas para as mulheres rurais devem oferecer muito maior atenção em facilitar seu acesso ao mercado de trabalho assalariado na agroindústria, comércio e outros serviços, pois o serviço doméstico tem se mostrado bastante precário.

Apesar desses pontos consensuais na formulação das políticas para o meio rural, o fato concreto a ser frisado é que o comportamento das ocupações agrícolas e não-agrícolas da PEA rural no Estado de São Paulo, e em outras unidades da Federação, mostra que, mesmo na ausência de políticas públicas, as pessoas buscaram alternativas próprias perante a enorme redução de oportunidades na agricultura. Ou seja, mesmo sem políticas, as ocupações não-agrícolas "explodiram" nos anos noventas, muitas tendo um perfil bastante precário. Por isso, no momento, tão ou mais importante do que continuar o seu fomento, seria imprimir a esse crescimento das atividades não-agrícolas um caráter mais ordenado (socioeconômico e ambiental), mais includente e com reais melhorias das condições de vida para todo o conjunto de residentes rurais. Deixados à sua própria sorte, o novo rural paulista e o brasileiro podem reproduzir muitas mazelas, inviabilizando um promissor desenvolvimento sustentável.

LITERATURA CITADA

BALSADI, O. V. Demanda da força de trabalho na agricultura paulista no período 1990-97. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 19-31, abr. 1998.

BAPTISTELLA, C. da S. L.; VICENTE, M. C. M.; VEIGA, J. E. R. Demografia e mercado de trabalho na agricultura paulista nos anos noventas. _____, São Paulo, v. 30, n. 5, p. 7-29, maio 2000.

BERDEGUÉ, J.; REARDON, T.; ESCOBAR, G. Rural nonagricultural employment and income in Latin America and the Caribbean. In: CONFERÊNCIA DEVELOPMENT OF THE RURAL ECONOMY AND POVERTY REDUCTION IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. New Orleans, Louisiana, Mar. 2000. Mimeo.

BOTELHO FILHO, F. B. Dinâmica hegemônica das ocupações rurais não-agrícolas no Distrito Federal. In: GRAZIANO DA SILVA, J. F.; CAMPANHOLA, C. (Eds.). **O novo rural brasileiro**: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. v. 3, cap. 6, p. 179-188.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro**: uma análise nacional e regional. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. v. 1.

ficadas para as zonas rurais. Mais importante, no entanto, é o aporte da descentralização ao melhoramento das condições de produção e reprodução (como transporte, energia, comunicação, educação, saúde), o que significa menores custos e maior eficiência e, portanto, maior competitividade para as atividades produtivas rurais. E, também, o aumento das transações comerciais locais (círculo virtuoso para as economias locais regionais), que podem ser reforçadas com uma melhor distribuição das rendas geradas na agricultura entre um maior número de produtores.

[11]BERDEGUÉ; REARDON; ESCOBAR (2000) citam, por exemplo, áreas em que o grande desenvolvimento agrícola "puxa" a grande diversidade das ORNA; áreas em que há baixo desenvolvimento agrícola e alta inserção da população rural nas ORNA; áreas em que há baixo desenvolvimento agrícola e poucas oportunidades nas ORNA. Ou seja, as áreas rurais encontram-se em estágios diferenciados de crescimento e diversidade das atividades rurais não-agrícolas.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro**: 1981-1995. 1999. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia - Universidade de Campinas.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. (Coleção Pesquisas, n. 1).

_____; DEL GROSSI, M. E. **Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992-97**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. Mimeo. (Projeto Rurbano).

_____; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 50-64, abr./jun. 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. et al. Meio rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 60-72, abr./jun. 1996.

LANJOUW, P. **Policy options for employment in the rural non-farm sector**. [S.l.]: The World Bank, [s.d.].

LANJOUW, P. Rural nonagricultural employment and poverty in Ecuador. **Economic Development and Cultural Change**, v. 48, n. 1, Oct. 1999.

LAURENTI, A. C.; DEL GROSSI, M. E. **A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas**: Brasil e regiões, 1981-97. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. Mimeo. (Projeto Rurbano).

SILVA, A. G. da. Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte. In: GRAZIANO DA SILVA, J. F.; CAMPANHOLA, C. (Eds.). **O novo rural brasileiro**: uma análise estadual – Nordeste. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. v. 2, cap. 1, p. 13-44.

TEIXEIRA, V. L. A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural fluminense nas décadas dos anos oitentas e noventas. In: _____. _____: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. v. 3, cap. 4, p. 119-150.

WELLER, J. **El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano**. Panamá: OIT, 1994.

Recebido em 08/12/2000. Liberado para publicação em 13/03/2001.